

# RAÇA, DESIGUALDADE E O PODER DA REPRESENTAÇÃO NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

José Maria da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

Partindo da premissa de que representações sociais derivam de discursos e ações e que se apresentam como instrumentos de poder nas relações entre alteridades, este trabalho tem por objetivo examinar o processo de constituição de representações dominantes sobre a Amazônia. Neste sentido, o artigo analisa brevemente a formação de imagens e discursos sobre a região, a partir de elaborações de viajantes, cientistas, intelectuais e eventos sobre a natureza, os grupos humanos e aspectos culturais, os quais se constituíram em forças poderosas de representações. Destaca-se nesse contexto um discurso sobre raça e etnicidade vinculado à idéia de representação regional amazônica, em que se destacam índios e caboclos.

**Palavras chaves:** Amazônia, raça, representação, regionalismo.

## Abstract

Starting from the premise that social representations derived from speeches and actions and presenting themselves as instruments of power in relations between otherness, this study aims to examine the process of formation of dominant representations about the Amazon. In this sense, the article briefly analyzes the formation of images and words about the region, from elaborations of travelers, scientists, intellectuals and events on the nature, the human and cultural groups, but they were powerful forces in the representations. It's in this context a speech on race and ethnicity tied to the idea of regional representation Amazon, where Indians and highlight caboclos.

**Key words:** Amazon, race, representation, regionalism.

## Introdução

Temos assistido nos últimos anos um debate cada vez mais crescente sobre a Amazônia. Isto tem se dado sobremaneira pelo interesse que essa região desperta, em razão das discussões ambientais em voga no mundo atual. Os problemas ambientais vividos em diversas partes do planeta, nas últimas décadas, permitiram a criação de uma agenda diária de discussões, mostrando que as preocupações com o meio ambiente

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa Culturas das Desigualdades, organizado pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da ABA, por ocasião da XXIV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada no período de 01 a 04 de junho de 2008, em Porto Seguro (BA). Agradeço a Lívio Sansone pelo convite para participar do fórum.

<sup>2</sup> Antropólogo, professor adjunto da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.

tornaram-se um elemento crucial da globalização. O olhar internacional para a Amazônia tem corroborado a conclusão de que a região tem sido projetada, não apenas com preocupações enquanto reserva ambiental do planeta, mas para a formação de um sistema de governança internacional direcionado à mesma (ver Becker, 2004).

Concomitante a isso, ações são direcionadas principalmente às populações rurais (também denominadas de populações tradicionais), com vistas ao financiamento de projetos, no bojo da ideologia do desenvolvimento sustentável, procurando aliar crescimento econômico com conservação e preservação ambiental. Nesse contexto, representações da Amazônia são (novamente) produzidas, atualizando antigas imagens elaboradas sobre essa região.

O termo Amazônia não indica apenas um espaço geográfico específico, tanto quanto não é um termo utilizado de forma neutra. A expressão Amazônia é utilizada para nomear uma região, cujas representações simbólicas dominantes foram formuladas no decurso do processo colonial e que são constantemente recriadas e atualizadas em diferentes modalidades de discursos, mas também em ações. Elas produziram um imaginário de um espaço denso, repleto de florestas, animais e rios e, por isso, extremamente perigoso. Segundo essas representações, os fenômenos e eventos vinculados a esse ambiente conformam imagens de uma *natureza selvagem* ambígua – ora vista como éden, ora como um “inferno verde” (Gondim, 1994; Diegues, 1996).

A apreensão simbólica e cognitiva da Amazônia deriva de longa data e vem cada vez mais se consolidando a partir das dinâmicas da sociedade global. Pode-se dizer que um imaginário produzido externamente sobre a região vem se constituindo desde o período das grandes navegações e se consolidou em três distintos períodos: i) período colonial; ii) da segunda metade do século XIX ao início do século XX; iii) período desenvolvimentista nas décadas de 70 e 80 do século passado; iv) nos anos 90 do século XX, a partir das mudanças climáticas e as preocupações com o meio ambiente mundial. Nesse espectro dos movimentos circunscritos à região ou que a envolvem, situam-se não apenas a natureza com sua riqueza biológica, mas também as populações e suas diversidades sócio-culturais.

Pretendo nas sessões que se seguem deste trabalho, examinar brevemente o processo histórico de formação de um imaginário sobre a Amazônia e no contexto deste

imaginário a constituição de uma representatividade regional a partir da natureza e a paisagem e dos elementos étnico-raciais formadores da população da região.

### **O Processo Civilizador na Amazônia**

No período colonial, um processo civilizador – nos termos definidos por Elias (1995) – tem seu início na Amazônia, com a presença de militares, religiosos e cientistas. O *modus operandi* civilizador amazônico inclui, por um lado, expedições de portugueses, espanhóis, franceses e ingleses em busca de descoberta do espaço geográfico, bem como de minérios e especiarias, narrativas de cronistas descortinando a “vida selvagem” da região para o mundo europeu, missões religiosas e de cientistas para fins de domesticação dos nativos; por outro lado, tem-se a descrição minuciosa da fauna, da flora e da vida humana existentes no espaço amazônico, a ocupação militar e civil para fins de domínio e, por fim, a introdução de um novo modo de vida. Estes aspectos constituem os fundamentos da ação e da ideologia colonial, qual seja: a descoberta e a transformação do *Outro* nos desígnios da civilização ocidental.

Cientistas aportaram na região desde o século XVII com o objetivo de desvendar os segredos de sua fauna e da flora. Os principais nomes de cientistas (naturalistas) que escreveram sobre a região foram Johann Baptist von Spix, Karl von Martius, La Condamine, Henry Bates, Robert Ave-Lallement, Louiz Agassis, Alexandre Rodrigues Ferreira, Emílio Goeldi, entre outros. A ciência que se desenvolvia com base na realidade da região tinha influência dos modelos de explicações dominantes na Europa, quais sejam: o positivismo e o evolucionismo. Além das incursões dos naturalistas, o ambiente natural e a realidade social da Amazônia também foram objetos de relatos e crônicas de intelectuais brasileiros, dentre os quais se destaca o escritor Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha chegou à Amazônia em dezembro de 1904, como chefe da Comissão Brasileira de Limites com o Peru, e com a missão de fazer um minucioso relato sobre a realidade social vivida na região (Ferreira Reis, 2003). Os relatórios de sua viagem foram coligidos em uma obra que marcou sua passagem pela região, cujo título é *Amazônia: um paraíso perdido*. Para compor uma visão sobre a região, Euclides da Cunha leu os principais escritos da literatura dos viajantes, de cientistas e outros escritores, bem como passou, ele próprio, pela experiência de viagens e de relatos

peçoais sobre os diferentes locais visitados. O escritor chegou e partiu da Amazônia com a mesma convicção de muitos de seus predecessores. Diz ele, de forma tácita, ao final de sua obra: “Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do gênese” (Cunha, 2003: 354).

Euclides da Cunha aplicou à realidade local o olhar intelectualista em voga naquele momento no mundo, preocupando-se principalmente com a descrição do gigantismo da floresta, das condições inóspita do clima e do solo (com seus relatos minuciosos), com a população migrante (no caso, o sertanejo), as condições de higiene e as doenças. Veja-se a descrição do autor sobre a natureza e sua domesticação pelo homem:

“(…) Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável” (idem: 79).

O autor ressalta o processo de aclimação dos migrantes ao ambiente regional, com mudança, inclusive, nos aspectos físicos e psíquicos. Destaca a empresa do sertanejo no desbravamento da natureza adversa, particularmente nas figuras do seringueiro e do caucheiro. Enquanto este é descrito como nômade, o seringueiro, por sua vez, é apresentado como sedentário e, portanto, ligeiramente superior na formação de um povoamento definitivo (idem, 267).

A descrição minuciosa das ciências, sobretudo no que tange ao estudo do solo, da fauna e da flora amazônicas, a domesticação da natureza, o povoamento e a busca de integração da região ao contexto do país,<sup>3</sup> são elementos expressivos para a expansão e consolidação do Estado nacional na região amazônica. No âmbito das ciências naturais, é significativa a constituição de um museu científico na Amazônia, no caso a criação do

---

<sup>3</sup> Os litígios internacionais por unidades territoriais e sua incorporação ao país, através de disputas diplomáticas, como foi o caso do Acre, são demonstrações de uma posição política do Brasil no continente.

Museu Paraense Emílio Goeldi e a formação de coleções científicas desde 1871 (Schwartz, 1990; Crispino, 2006).

### **A concepção de raça nos estudos de Wagley e Galvão**

Nas décadas de 1940 e 1950 os estudos de comunidades desenvolvidos por Charles Wagley e Eduardo Galvão acrescentam o olhar sistemático das ciências sociais, especialmente da antropologia, sobre as populações da região e seus modos de vida. No prefácio e no início do primeiro capítulo de *Uma comunidade amazônica* (1988), Wagley afirma que escolheu a fictícia cidade de Itá, situada no Baixo Amazonas, porque desejava desenvolver sua pesquisa em uma comunidade que servisse de laboratório para estudos de cultura regional, isto sob influência da teoria evolucionista herdada do século XIX.

Ao identificar empiricamente um sistema hierárquico nas relações sociais da comunidade, Wagley nos apresenta uma pirâmide que reflete posições de classe e ao mesmo tempo relações étnico-raciais. A hierarquia configurava-se nas seguintes categorias: 1- gente de primeira, ou seja, os brancos da classe alta; 2- gente de segunda, que se constituía de moradores urbanos da classe mais baixa; 3- gente de sítio, que residia nas propriedades agrícolas; e 4- caboclos da beira, sendo estes moradores das áreas alagadas e que viviam do extrativismo.

De acordo com Wagley, caboclos eram todos aqueles identificados como inferiores, o *Outro*, principalmente dos grupos urbanos. Segue-se nas descrições do autor sobre as relações sociais em Itá, a formação de um campo simbólico e social de distinções e preconceitos que caracterizavam a comunidade. Os critérios de distinção na comunidade eram, segundo ele, definidos pelo poder econômico, pela educação, ocupação, padrões de vida e por derivar de uma “boa família”. O autor não aborda diferenças estabelecidas a partir de bases étnico-raciais.

O delineamento de padrão étnico-racial encontra-se sistematizado no livro *Santos e visagens* (1976), de Eduardo Galvão. É importante ressaltar que Galvão foi assistente de pesquisa de Charles Wagley, integrando a missão de estudos financiada pela UNESCO, e seu trabalho foi defendido, em 1952, como tese de doutorado na Universidade de Colúmbia.

Em sua obra Galvão aborda, sobretudo, os aspectos culturais, com ênfase na religiosidade do caboclo. Ele apresenta a composição étnico-racial que caracteriza o processo de colonização da Amazônia e da qual deriva um modelo cultural. A composição básica de formação da população amazônica reproduz o mito fundador racial brasileiro, a partir da presença do índio, do branco e do negro. Contudo, deriva dessa tríade uma formação étnica e cultural que se sobrepõe ao ideal das três raças para formar não a civilização dos trópicos de Gilberto Freyre, mas uma espécie de “civilização amazônica”. Esta reconhece a presença do negro como mão de obra escrava, mas, seletivamente, define um ideal de civilização a partir do índio nativo e do branco português. Do encontro destes dois grupos deriva o mestiço regional – o caboclo. Mas é possível que mestiços derivados de outros cruzamentos sejam caboclos, pois o que define essa categoria étnica na região é o modo de vida no interior, com influência de costumes “herdados” do índio.

O caboclo é o *Outro* na região, cujo sistema simbólico é carregado de valores negativos (bases de preconceitos). Os preceitos negativos que recaem ao indivíduo considerado como caboclo são: trata-se de um tipo do interior, rústico, atrasado, indolente, sua concepção de mundo é dominado pela religiosidade e misticismo, pois acredita em seres sobrenaturais. Em geral, as pessoas do interior também rejeitam o termo, pois sabem que se trata de um estereótipo.<sup>4</sup>

Pessoas do meio urbano e intelectuais projetam o caboclo com os mesmos estereótipos negativos, mas o valorizam como um personagem importante para a identidade regional. Assim, caboclo é sinônimo de um outro humilde, simples, que acredita em seres sobrenaturais, utiliza remédios caseiros e manipula objetos em sessões de cura. É comum identificar esse pensamento em obras da literatura regional e de pesquisadores nativos que escrevem sob a influência do folclore.

### **A representação no imaginário contemporâneo sobre a Amazônia**

Se dissemos anteriormente que há um imaginário dominante na região que projeta o índio e o caboclo como categorias étnicas representativas da região, um exame de fenômenos da cultura popular regional e das políticas de desenvolvimento nos ajuda a compreender como essa representação dominante é articulada. Vejamos como isto se

---

<sup>4</sup> Para uma discussão crítica sobre o caboclo na Amazônia, ver Lima (1999) e Harris (2006).

apresenta nas representações elaboradas pelo boi-bumbá de Parintins, no Círio de Nazaré e na experiência de sustentabilidade.

Parintins é uma cidade do estado do Amazonas, distante a 400 km de Manaus, e tem se destacado internacionalmente por que ali se realiza anualmente, no final do mês de junho, um festival folclórico encenado por duas agremiações de boi-bumbá, no caso, os bois Caprichoso e Garantido. São três noites em que cada bumbá faz uma apresentação de duas horas e meia a três horas apresentando à platéia imagens, histórias, mitos e narrativas diversas sobre o meio ambiente, paisagens, populações e artefatos culturais da Amazônia. Na verdade, os bois-bumbás de Parintins a cada ano constroem discursos e meta discursos sobre o regionalismo amazônico, definindo valores e representações que supostamente conformariam a “identidade regional amazônica” (ver Silva, 2007). Por isso, inclusive, dirigentes do boi-bumbá denominam as apresentações dos bois no festival de “ópera amazônica”.

O festival apresenta um repertório composto por imagens, artefatos, dramatizações, linguagens e populações que, na concepção de artistas, dirigentes, brincantes e torcedores dos bois-bumbás, são elementos idiossincráticos de uma certa “amazonidade”.

Com relação às populações, segundo o discurso nativo, a representação simbólica da Amazônia tem como matriz as populações indígenas e ribeirinhas, estas também conhecidas como caboclos. Na verdade, o discurso étnico-racial do boi-bumbá de Parintins difere dois níveis de representação: a nação e a região. É quando falam da nação que os bois lançam mão do mito das três raças que estão na base da fundação do país – o branco, o negro e o índio. Por outro lado, ao abordar a representatividade da região, o boi-bumbá projeta positivamente o índio e o caboclo. O branco, de origem portuguesa, é apresentado como invasor e responsável pela dizimação dos grupos indígenas da região. O negro, por sua vez, não é concebido como elemento de identidade regional.

Esse modelo índio /caboclo que conforma a representação da identidade amazônica parece ser um esquema simbólico ontológico no imaginário social da região, de tal modo que podemos encontrar isso como recorrente em diversos níveis e contextos culturais na região. Na festa do Círio de Nazaré, por exemplo, (uma festa religiosa de abrangência regional) podemos ver reproduzida essa representação. No mito de

fundação do culto à divindade em Belém, o caboclo (um caçador) é reverenciado por ter encontrado a imagem de Nossa Senhora de Nazaré em terras paraenses. Por outro lado, após sucessivos anos de utilização de uma outra imagem oriunda da Itália, a igreja paraense encomendou uma imagem que, segundo os religiosos locais, tivesse maior identificação com as populações da região. Por isso, juntamente com uma imagem de Nossa Senhora com “traços regionais”, o menino Jesus disposto nos braços da divindade teria adquirido, nessa nova imagem, “características indígenas”.

Esse modelo de representação tem sido cada vez mais dominante, pragmático e eficaz nas atuais políticas de representação da Amazônia, produzido nas políticas sócio-ambientais em curso na região, assim como no seu corolário, o desenvolvimento sustentável.

Alguns estados da Amazônia (particularmente Amapá, Acre e Amazonas) incorporaram aspectos da agenda 21, através de políticas de preservação ambiental e do discurso de desenvolvimento sustentável. Diversos programas e projetos têm sido desenvolvidos seguindo a linha ambientalista, muitos dos quais são direcionados às populações rurais que receberam a alcunha de “populações tradicionais”. Na verdade, a agenda ambientalista na Amazônia, impulsionada por ONGs e instituições internacionais, fomentou o que se pode chamar de “invenção étnica”, relacionando populações e natureza. A partir das intervenções de governos locais e organizações não governamentais, agências de financiamento como o Banco Mundial, entre outras, surgiu uma gama de grupos étnicos denominados “populações tradicionais” ou “povos da floresta”. Foram “identificados genericamente como índios e não índios, sendo que estes aparecem em subclassificações como extrativistas, agricultores, ribeirinhos e caboclos” (Silva, 2007:9). Na categoria extrativista têm-se castanheiros, seringueiros, coletores de açaí e pescadores artesanais.

Vê-se, portanto, que o modelo dominante de classificação e representação étnico-racial na Amazônia é perpassado por uma relação simbólica com a natureza, sendo que contemporaneamente trata-se de uma identidade atribuída em um campo semântico de constituição de alteridades. Como um campo polissêmico, há aí elementos de herança colonial, o olhar e o discurso do estrangeiro sobre os nativos amazônicos – e aqui predomina o discurso do nobre selvagem – e, conseqüentemente, do exotismo.



Como poderíamos pensar nos dias de hoje uma representação de identidade na Amazônia que seja mais diversa, não essencialista e desvinculada da natureza, isto é, que ultrapasse o ambientalismo?

Na verdade percebe-se a escatologia de um pensamento sobre a Amazônia que articula a história e o processo de formação identitária vinculada à idéia de região e que seria um corolário da história de construção da nação. A história, a colonização e a formação política, econômica e cultural dessa parte do país são explicadas pelo viés do regionalismo, apartado da nação.<sup>5</sup> No máximo busca-se definir os contornos do espaço geográfico regional, reivindica-se um estatuto legítimo para que a região se apresente como unidade política, econômica e cultural, com sua distintividade, e afirma-se a insuficiência do Estado nacional em sua política para o desenvolvimento da região. Este modelo explicativo interessa, sobremaneira, às elites políticas, econômicas e intelectuais da região, pois tendem a reivindicar uma distinção e uma idiosincrasia amazônica. É o que Pimenta (2002), inspirado na conhecida obra de Said (1990), denominou de “amazonismo”.

O discurso regionalista ofusca, portanto, uma percepção mais fragmentária da região, a diversidade da formação social e sua dinâmica, formando a partir daí não uma identidade amazônica como uma essência, mas um caleidoscópio de possibilidades de identidades em um jogo sempre em mudança.

O pensamento dominante, ao vincular a representação sobre a Amazônia às populações indígenas e caboclas, exclui a possibilidade de construir um pensamento mais democrático, com a percepção ampliada da diferença. A formação populacional na região inclui brancos, negros, amarelos e um acentuado número de migrantes. Os negros são invisíveis nas representações regionais dominantes, mas estão constituindo um processo de visibilidade a partir do movimento negro urbano e da emergência das comunidades quilombolas, estas reivindicando direitos de territorialidade.

Há que se considerar ainda que formação populacional da região é fortemente caracterizada pelo fenômeno da migração. Desde o século XVIII, quando a região Nordeste passou por uma forte seca, houve políticas de incentivo à imigração de nordestinos para a Amazônia, a maioria dos quais foram inseridos na economia da borracha, sobretudo no trabalho de extração do látex – conhecidos como seringueiros.

---

<sup>5</sup> Para uma abordagem sobre a história da Amazônia brasileira e sua relação com o país, ver Silva (2004).

Outros momentos importantes de movimentos migratórios para a região se deram no século XX, com a inserção da Amazônia no processo de desenvolvimento nacional: primeiro, com a política de colonização da região, nas primeiras décadas do século; segundo, nos anos 50, 60 e 70, com a criação de grandes projetos minerais, com a construção de estradas e hidrelétricas, o boom do ouro no garimpo de serra pelada, no estado do Pará, e a implantação do pólo industrial de Manaus. Nos últimos anos, novos projetos agropecuários, madeireiros e minerais têm atraído novamente contingentes de migrantes para a região Norte. Além de um movimento migratório interno – de vilas e cidades do interior para áreas urbanas principalmente das capitais –, há ainda um movimento migratório entre os estados da região e de estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, para os estados da região. Destacam-se nesse fluxo os migrantes oriundos do Maranhão.

Há necessidade, nos dias de hoje de uma análise sociológica mais acurada sobre a presença de migrantes e como os mesmos são inseridos e percebidos na região, sobretudo aquele que se movimenta entre os estados da região e o imigrante nordestino.

Uma ligeira consideração de relações empíricas evidencia a constituição de fronteiras sociais – econômicas, relações pessoais, de trabalho, entre outras – e processos discriminatórios.

Em viagens realizadas à cidade de Manaus, detectei que o manauense discrimina de forma negativa os migrantes do Pará e do Maranhão. Uma explicação que me foi apresentada é de que o paraense e o maranhense, em grande número na capital do Amazonas, são vistos como competidores no mercado de trabalho local, principalmente no comércio (dominado por paraenses). Ouvi de algumas pessoas, com certo nível intelectual, expressões de horror quando se tratava de nordestino, principalmente maranhense, assim como ouvi de taxistas de Manaus algumas piadas sobre paraenses, todas atribuindo ao paraense o estigma de ladrão. Confirmando essa impressão de algumas incursões no cotidiano de Manaus, o jornal *A Crítica*, um dos mais importantes do Amazonas, em uma edição de janeiro de 2005, noticiou a morte de um homem que, durante uma discussão com outro indivíduo, o teria chamado de “paraense”. Ou seja, ser chamado de “paraense” em Manaus é visto como uma ofensa. Este estigma se assemelha ao preconceito que recai ao nordestino em São Paulo e que recebe a alcunha negativa de “paraíba”, como demonstra Seyfert (1995). Na verdade o imigrante oriundo

do Maranhão é visto negativamente e com preconceitos não apenas em Manaus, mas em todos os estados da região.

No meu entendimento é preciso descortinar o pensamento que aborda a Amazônia como um bloco regional; enfim, é preciso desconstruir a concepção de região como um bloco, no mesmo sentido que os autores pós-coloniais têm feito sobre a nação em alguns estudos (Chatterjee, 1993; Bhabha, 1994). Penso que trabalhos sociológicos sobre fenômenos sociais, como migrações e processos de desigualdades, descoladas do propósito de configurar uma suposta amazônidade, pode nos indicar novos caminhos de estudos sobre a diversidade local, inclusive de que a vida social nem sempre é marcada pelo modelo de representação regional.

### **Referências Bibliográficas**

- BECKER, Bertha K. 2004. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BHABHA, Homi K. 1994. *The location of culture*. London: Routledge.
- CHATTERJEE, Partha. 1993. *The nation and its fragments*. Princeton: Princeton University Press.
- CRISPINO, Luís C. et. alii. (Orgs.) 2006. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu.
- CUNHA, Euclides da. 2003. *Amazônia: um paraíso perdido*. Manaus: Valer.
- DIEGUES, Antônio Carlos. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- ELIAS, Norbert. 1995. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FERREIRA REIS, Arthur César. 2003. Introdução. In Euclides da Cunha, *Amazônia: um paraíso perdido*. Manaus: Valer.
- GALVÃO, Eduardo. 1976. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, INL.
- GONDIM, Neide. 1994. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Ed. Marco Zero.

- HARRIS, Mark. 2006. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In C. Adams et. alii. (Orgs.) *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, pp. 81-108.
- LIMA, Deborah de M. 1999. A construção histórica do termo caboclo. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, n. 1, pp. 5-32.
- PIMENTA, José. 2002. “Índio não é todo igual”: a construção Ashaninka da história e da política interétnica. Tese de Doutorado, PPGAS, Universidade de Brasília.
- SAID, Edward. 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia. 1996. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda. 1995. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico/93*: 175-203.
- SILVA, José Maria. 2007. *O espetáculo do boi-bumbá: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. Goiânia: Editora UCG.
- SILVA, José Maria. 2007. “Povos da floresta”: uma metáfora de identidade na Amazônia. Mimeo.
- SILVA, Marilene Corrêa da. 2004. *O paiz do Amazonas*. Manaus: Valer.
- WAGLEY, Charles, 1976. *Uma comunidade amazônica*. Belo Horizonte: Companhia Editora Nacional.